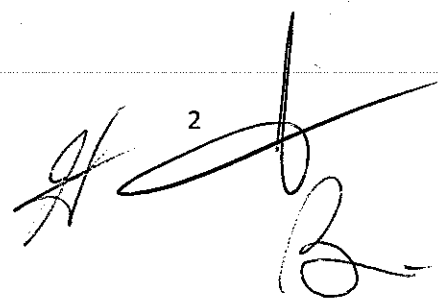


Convergência Digital:
Conteúdos Transmidiáticos e Interativos

Proposta para a TV Câmara

Brasília, 01 de junho, 2011.



1. A digitalização no Brasil

1.1. Contexto¹

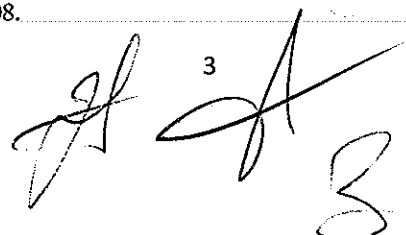
Vivemos um processo de transição entre os sistemas analógicos e os sistemas digitais. Um percurso que ocupa a sociedade planetária e que transcende a dimensão tecnológica. A digitalização impacta a economia e a estrutura sociocultural. E não se trata apenas de observar o fenômeno a partir da perspectiva da globalização ou da mundialização nas quais a infraestrutura dos meios de comunicação tem papel integrador das dinâmicas que movem estes macrossistemas. Incorpore-se a noção de Edgar Morin (2003) de que esse processo envolve a sociedade da comunicação, a sociedade da informação e a sociedade do conhecimento numa dimensão na qual todas se imbricam, sobretudo, a partir da compreensão. Esta última, na visão do pensador francês, sujeita às lógicas sociais, políticas, existenciais e, inclua-se, culturais.

A nova ordem tecnológica (CASTRO e BARBOSA, 2008) resulta de três grandes transformações que a ciência e a tecnologia produziram no século XX. Tratam-se da tecnologia nuclear, das tecnologias da comunicação e informação e da biotecnologia que implicaram em conhecimento da natureza, do corpo e da mente. Para Eduardo Vizer (2004) a conjunção entre informática, telemática e biotecnologia, nanotecnologia e digitalização imprimiu tanto uma realidade quanto um imaginário social que por, sua vez, produziram transformações humanas que incluem operar a informação, a manipulação estratégica e os processos físicos, sociais e mentais à distância.

O mundo digital que se configura sugere ainda um cenário de convergência das mídias, o que fez Jesús Martin-Barbero (2004) destacar que se vive uma reconfiguração das mediações. Circunstâncias que demandam uma nova compreensão destas variáveis e, em consequência, um esforço na formação de competências capazes de responder ao desafio que se impõe com este fenômeno midiático, tensionado pelas lógicas econômicas, políticas, tecnológicas e sociais, as quais, como já dito, imbricam-se como algo conjunto. Sobretudo, se consideramos o alerta de Dominique Wolton (1990) de que a Comunicação não deve ser compreendida apenas a partir das dinâmicas tecnológicas (performance) e das dinâmicas econômicas (um mercado em plena expansão), mas também a partir do seu valor no nosso patrimônio cultural.

Percebe-se assim um fenômeno com repercussão equivalente ao que instituiu as sociedades industriais midiáticas (VERÓN, 2004) observadas no século XIX, com o progresso da imprensa escrita e o posterior surgimento do rádio e TV (século XX).

¹ Texto que incorpora algumas formulações de Kielling (2007, 2008) e Brittos (2007) também presentes em texto de Projeto de formação de RH-TVDIGITAL aprovando pela Capes em 2008.



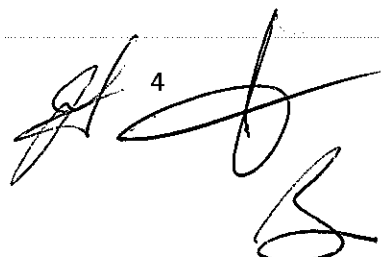
Ou na constituição da sociedade midiaticizada (SODRÉ, 2006) com a evolução das mídias eletrônicas incrementadas no pós-guerra. Trata-se de um fenômeno que nos convoca a um pensamento de transversalidade no qual comunicação, informação e conhecimento constituem um macroprocesso.

A digitalização por si já mobiliza três naturezas de dispositivos que são os tecnológicos (meios), semiótico-discursivos (códigos, linguagens) e socioculturais (indivíduo e coletivo). Se pensada a partir dos processos comunicacionais, é verificável uma reconfiguração das dinâmicas de produção, circulação e consumo. Nas ambiências midiáticas (KIELING, 2009) geradas pela convergência de meios (TV, Rádio, Cinema, Internet e Telefone) as relações entre produtor e receptor ganham novos estatutos de autonomia e poder tanto na autoria dos conteúdos quanto na escolha pelas formas de leitura.

Desta maneira, quando acompanhamos, por exemplo, a implantação da TV digital no Brasil, que oferece possibilidades dessa construção, podemos observar que não se trata apenas da opção pela alta definição (HD) que assegura melhor qualidade de imagem ou pela oferta de áudio estéreo, ou ainda pela monocalização ou multicanalização que otimiza (ou não) o espectro de radiofrequência. Ou mesmo a adoção de uma interatividade local (relação do telespectador, agora usuário, com a máquina – um aparelho sofisticado de recepção, armazenamento e navegação por aplicativos pré-programados da TV) ou de uma interatividade *on-line* (aplicativos de troca de mensagens, conteúdos e mesmo conversação entre os telespectadores/internautas e as operadoras de cabo, satélite, redes de telefonia e mesmo as emissoras) que pode criar novos produtos.

A digitalização da TV, uma mídia que abrange mais de 95,7% dos domicílios Brasileiros, segundo dados do PNAD/IBGE de 2009, apresenta perspectivas para um novo paradigma das relações sociais, do ingresso de novos atores na economia do audiovisual e das indústrias de conteúdos e criativas e de novas formas de produção e difusão do conhecimento. A capilaridade da radiodifusão de sons e imagens ainda possibilita um processo de inclusão social por meio da inclusão digital. A familiaridade da população em geral com a televisão constitui-se um facilitador para a alfabetização digital em escala e para a atuação do telespectador como cidadão, sujeito de direito, habilitando-se a uma participação democrática intensa.

Nesse sentido, o processo em curso apresenta uma ordem de demandas emergentes e urgentes no campo da economia (acomodação de novos atores, novos modelos de negócios e sustentabilidade), da política (marco regulatório, novas relações de poder), do social (novas sociabilidades, autonomia de consumo e produção) e do cultural (novos hábitos, democratização do acesso e da expressão) que convocam a academia não apenas para se qualificar com vistas à formação de novas competências.

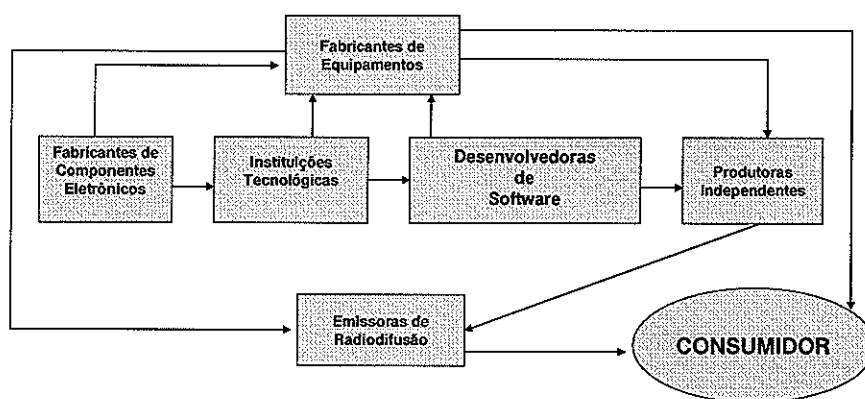


A Universidade é chamada a fazer parte dessa cadeia de valor através da produção de conhecimento tanto na pesquisa teórica quanto no desenvolvimento de produtos. É desafiada a atuar junto aos operadores e realizadores com o propósito de contribuir na constituição de arranjos produtivos voltados para o desenvolvimento econômico, social e cultural.

Mundo Numérico

Programa convergência digital

Projeto de TV Digital – Cadeia do audiovisual



1.2. O desafio e as oportunidades

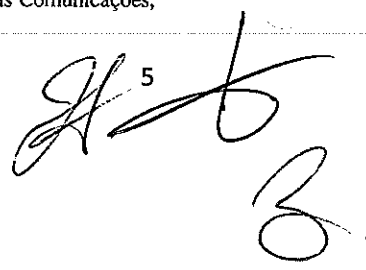
O modelo brasileiro da TV digital terrestre, incluindo padrão tecnológico e formas de negócios e serviços, foi definido pelo atual Governo em 29 de julho de 2006,² tendo suas operações iniciadas em dezembro de 2007.³ A transição para o digital deve estar concluída até 29 de junho de 2016. Durante esse tempo as transmissões serão simultâneas pelos dois sistemas, analógico (cujas concessões depois serão devolvidas ao Estado) e digital, por um período que poderá se alongar, dependendo do ritmo da migração dos telespectadores do analógico para o digital.

Desde a origem do Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre, o governo brasileiro sinaliza para uma amplitude estratégica que contemple o uso da tecnologia em

² BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto 5.820, de 29 de junho de 2006, dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.htm. Acesso em: 28 Set. 2010.

³ Cada emissoras vem apresentando o projeto de instalação da estação transmissora ao Ministério das Comunicações, na sequência abre-se um prazo para o início das transmissões.

5

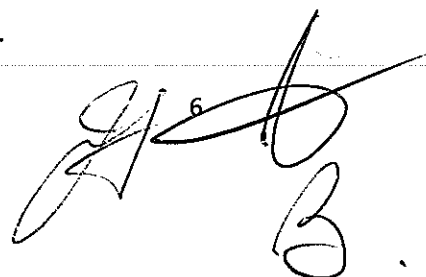


favor, não apenas dos agentes econômicos, mas do campo social, da Cultura e, principalmente, da Educação, no seu sentido público, como se expressa em alguns dos pressupostos descritos pelo decreto nº. 4.901, de 26.11.2003:

- “promover a **inclusão social, a diversidade cultural do País** e a língua pátria por meio do acesso à tecnologia digital, visando à democratização da informação;
- propiciar a criação de rede universal de **educação a distância**;
- **estimular a pesquisa e o desenvolvimento** e propiciar a expansão de tecnologias brasileiras e da indústria nacional relacionadas à tecnologia de informação e comunicação;
- estimular a evolução das atuais exploradoras de serviço de televisão analógica, bem assim o ingresso de **novas empresas**, propiciando a expansão do setor e possibilitando o **desenvolvimento de inúmeros serviços**;
- contribuir para a **convergência tecnológica** e empresarial dos serviços de comunicações;
- incentivar a **indústria regional e local** na produção de instrumentos e serviços digitais”.

Nesse sentido, é que a UCB - Universidade Católica de Brasília passa em 2011 a constituir e implementar o **Programa de Convergência Digital** como uma ação estratégica que abriga diversos projetos no âmbito da produção de conteúdos digitais interativos e convergentes.

Programa poderá desenvolver projetos de curto, médio e longo prazo, com vistas ao incremento do Parque Tecnológico (Parq Tec UCB) com a inclusão de projetos de TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação. Projetos que ao mesmo tempo terão autonomia, mas deverão estar integrados no seu objetivo geral. Tais como o Centro de Produção Transdisciplinar de Conteúdos Digitais. O CPTCD trata de estender os resultados da produção de conhecimento transdisciplinar, desenvolvida no âmbito da pesquisa de “conteúdos digitais transmidiáticos e interativos” em curso no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da UCB, à configuração de um modelo de experimentação e desenvolvimento de produtos no Parque Tecnológico da universidade.



Nesse caso, quem pensa a pesquisa se junta aos operadores dos sistemas públicos e privados para também desenvolver e criar produtos digitais (narrativas e aplicativos) em sinergia com as diferentes áreas com ênfase nas demandas da indústria criativa, mas, sobretudo, na educação e difusão do conhecimento e da informação, assegurando a indissociabilidade e ensino, pesquisa e extensão. Almeja-se que o projeto do Centro funcione como um celeiro de experimentos e testes e, naturalmente, um certificador de aplicativos e narrativas digitais, especialmente, aqueles destinados à TVDI com uso do middleware Ginga.

É no escopo desse desafio que encontramos a parceria com a TV CÂMARA a qual se constitui no principal agente operador dos pressupostos fixados no decreto que instituiu o Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre.

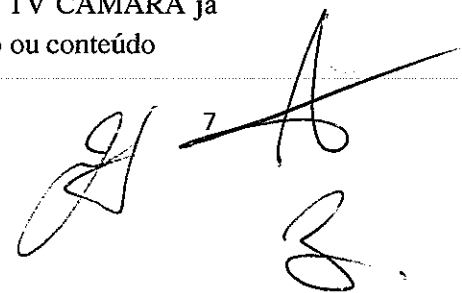
1.3. A Proposta

O sucesso do CPTCD, como já informado, depende da associação e da atuação em sinergia com operadores e realizadores. Acredita-se que, sem submeter às experiências e testes dos conteúdos em ambiente de distribuição e audiência, os resultados das eventuais propostas de narrativas e de formatos televisivos, convergentes, transmidiáticos e interativos poderão ser ineficazes. Nessa direção defendemos que a colaboração técnico-científica entre a TV CÂMARA e a UCB poderá resultar numa associação com perspectivas promissoras para ações de complementaridade no desenvolvimento da pesquisa já referida.

Com fins objetivos de constituição da parceria propomos um acordo de cooperação técnico-científica por meio do qual a UCB se compromete em permitir o acesso privilegiado da TV CÂMARA no espaço de desenvolvimento da pesquisa na qual esta última estiver diretamente envolvida, com também aos seus eventuais resultados. Testagem, validação e certificação dos aplicativos desenvolvidos. Por sua vez, a TV CÂMARA asseguraria suporte técnico, disponível no âmbito das suas estruturas próprias ou terceirizadas, para a realização de eventuais testes e experimentos de emissão e interatividade e de produção ou finalização.

1.4. Outras possibilidades

Em razão das pressões e urgências do Sistema de TV Aberta, caso a TV CÂMARA já tenha como demanda estratégica o desenvolvimento de algum formato ou conteúdo



específico, esta meta poderá ser incorporada às investigações na UCB bastando que seja assegurada uma contrapartida de recursos contrapartida de recursos técnicos, disponíveis no âmbito da estrutura própria da TV Câmara ou no âmbito de serviços específicos contratados por ela que estejam vinculados à questão da interatividade na TV Digital. Outra possibilidade que pode implicar num acordo, aditivo ou qualquer tipo de convenção legal, de maneira independente e particular, é a oferta de cursos in company por parte da UCB com vistas à atualização teórica, conceitual e técnica dos colaboradores da TV CÂMARA no que se refere à “digitalização das mídias”, processos de “convergência de suporte e conteúdo”, “ofertas interativas” e “processos de interação”.

2. Referências bibliográficas

BARBOSA FILHO, André e CASTRO, Cosette – **A Nova Ordem Tecnológica in: Comunicação Digital, Novas Tecnologias e educação**. São Paulo: Paulinas, 2008.

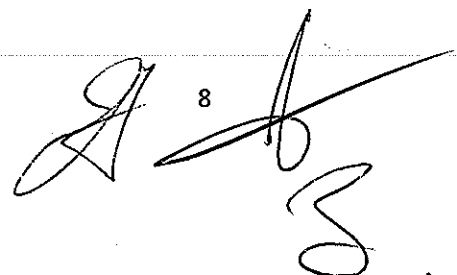
BOLAÑO, C.R.S., e BRITTOS, V.C.. **A televisão brasileira na era digital**. São Paulo:Paulos, 2007.

CASTRO, Cosette. Relatório Sobre Industrias de Contenidos em Latinoamérica y Caribe. (CEPAL, Chile), 2008.

CASTRO, Cosette. A Produção de Conteúdos Audiovisuais na Era Digital e a Construção de Políticas Públicas para o setor. In: Barbosa, Marialva, Fernandes, Marcio e Moraes, Osvando. Comunicação, Educação e Cultura na Era Digital. Curitiba: Coleção Intercom, 2009.

KIELING, Alexandre. **Reflexividade na TV: uma primeira reflexão de caráter semiótico in: Televisão: entre o mercado e a academia II**, organizados por Duarte, Elizabeth e Castro, Maria Lília D. Porto Alegre: Sulina, 2007.

KIELING, Alexandre. **Economia do Audiovisual**. Artigo selecionado pela II ULEPICC Brasil, Bauru:Unesp, 2008.



KIELING, Alexandre S.. **Televisão: a presença do telespectador na configuração discursiva da interatividade no programa "Fantástico"**. São Leopoldo, tese de doutorado na Unisinos, 2009.

SODRÉ, Muniz. **Eticidade, campo comunicacional e midiatização**. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Sociedade midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 19-31. p. 20-21.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Razón técnica y razón política: espacios/tiempos no pensados**. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, São Paulo, año 1, n. 1, p. 22-37, jul. /dic. 2004.

MORIN, Edgar. **A Comunicação pelo Meio (teoria complexa da Comunicação)**, in: **A Genealogia do Virtual**, organizado por Francisco Menezes e Juremir Machado. Editora Sulina, 2008.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

VIZER, Eduardo. **Cultura Tecnológica – metáforas e realidade in:** Revista Razón y Palabra no. 40. Agosto-septiembre 2004.

WOLTON, Dominique. **Internet et après ? Une théorie critique des nouveaux médias**. Paris: Flammarion, 1990

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto 5.820, de 29 de junho de 2006, dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.htm. Acesso em: 28 Set. 2010.

Consultoria Price Waterhouse Coopers (PWC), disponível no sítio eletrônico

http://www.pwc.com/en_GX/gx/global-entertainment-media-outlook/pdf/hiding-place.pdf. Acesso em abril de 2010.

